

Adriane Bramante de Castro Ladenthin

APOSENTADORIA ESPECIAL

Teoria e Prática

5ª Edição

**Revista e Atualizada de Acordo com a EC 103/2019
(Nova Reforma da Previdência)**

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurú Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9463-6

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

1169063

L154 Ladenthin, Adriane Bramante de Castro.
Aposentadoria especial: teoria e prática./ Adriane
Bramante de Castro Ladenthin./ 5ª edição./ Curitiba:
Jurú, 2020.
592p.

1. Aposentadoria especial. 2. Previdência social.
I. Título.

CDD 344.032(22.ed.)
CDU 349.3

00061

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
Capítulo I O CONCEITO-BASE DA APOSENTADORIA ESPECIAL..	31
1.1 Natureza Jurídica do Benefício Antes da Emenda Constitucional 103/2019	31
1.2 Em Busca do Conceito	34
Capítulo II REQUISITOS NECESSÁRIOS À APOSENTADORIA ESPECIAL	39
2.1 Do Tempo Mínimo	39
2.2 Da Idade Mínima	42
2.3 Efetiva Exposição aos Agentes Nocivos Prejudiciais à Saúde ou à Integridade Física.....	44
2.3.1 Dos Agentes Agressivos Físicos	46
2.3.1.1 Do agente físico – frio	51
2.3.1.2 Do agente físico – calor.....	57
2.3.1.3 Do agente físico – umidade excessiva.....	61
2.3.1.4 Do agente físico – radiação não ionizante	65
2.3.1.5 Do agente físico – radiação ionizante.....	66
2.3.1.6 Do agente físico – vibração	69
2.3.1.7 Do agente físico – pressão atmosférica anormal	73
2.3.1.8 Do agente físico – ruído	75
2.3.2 Dos Agentes Agressivos Químicos	75
2.3.3 Dos Agentes Biológicos	92
2.3.4 Periculosidade	106
2.3.4.1 Do enquadramento pela eletricidade	110
2.3.4.2 O vigia/vigilante/guarda.....	116
2.3.5 Penosidade.....	129

2.3.6	Agentes Psicológicos.....	132
2.3.7	Agentes Ergonômicos.....	134
2.3.8	Associação de Agentes.....	136
2.4	Carência.....	138
Capítulo III CRITÉRIOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE ESPECIAL.....		139
3.1	O Conceito de Permanência.....	140
3.2	A Permanência a Partir da Lei 9.032/1995.....	145
3.2.1	Permanência Implícita no PPP.....	147
3.2.2	A Permanência e os Períodos de Afastamento do Trabalho....	150
3.3	Nocividade.....	155
3.3.1	CrITÉrio Qualitativo.....	159
3.3.2	CrITÉrio Quantitativo.....	162
3.3.2.1	Os agentes químicos e os limites de tolerância.....	164
Capítulo IV EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA APOSENTADORIA ESPECIAL.....		167
4.1	A Lei 9.032/1995 e Sua Repercussão na Aposentadoria Especial.....	172
4.1.1	O Enquadramento por Categoria Profissional.....	174
4.1.2	O CrITÉrio da Permanência e a Conversão de Tempo Alterados pela Lei 9.032/1995.....	183
4.2	Outras Mudanças Significativas.....	184
4.2.1	O Decreto 2.172/1997.....	185
4.2.2	A Lei 9.528/1997.....	185
4.2.3	A Lei 9.732/1998.....	187
4.2.4	A Emenda Constitucional 20/1998.....	188
4.2.5	O Decreto 3.048/1999.....	189
4.3	As Alterações Trazidas pela EC 103/2019.....	193
4.3.1	Efetiva Exposição.....	194
4.3.2	Idade e Tempo Diferentes da Regra Geral.....	195
4.3.3	Agentes Físicos, Químicos e Biológicos Prejudiciais à Saúde ou Associação de Agentes.....	196
4.3.4	Vedação da Categoria Profissional ou Ocupação.....	196
4.3.5	Omissão Quanto à Periculosidade.....	197

4.3.6	A Regra de Transição da Aposentadoria Especial.....	199
4.3.7	Análise de <i>Case</i> de Aposentadoria Especial Após a EC 103/ 2019.....	200
4.4	Quadro-Resumo das Datas Limites dos Agentes Agressivos e Ocupa- ções, Conforme Entendimento do INSS	201
Capítulo V	AS CONVERSÕES DE TEMPO.....	207
5.1	Breve Histórico do Direito à Conversão.....	207
5.2	O Conceito de Conversão	211
5.3	Da Conversão do Tempo Especial em Tempo Especial	213
5.4	Conversão de Tempo Comum em Tempo Especial Antes da Lei 9.032/ 1995	216
5.5	A Conversão do Tempo Especial em Tempo Comum.....	224
5.5.1	Os Fatores de Conversão 1,20 e 1,40	224
5.5.2	Da Tentativa de Revogação da Conversão do Tempo Especial em Tempo Comum.....	227
5.6	A Conversão do Tempo Especial em Comum Após a EC 103/2019... ..	229
5.7	A Conversão do Tempo Especial em Comum na Prática, Até a EC 103/ 2019	232
Capítulo VI	CRITÉRIOS PARA COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE ESPECIAL	237
6.1	A Prova no Código de Processo Civil	237
6.2	As Diversas Formas de Comprovação da Atividade Especial	244
6.2.1	Enquadramento por Atividade Profissional. Formas de Compro- vação	245
6.2.2	Enquadramento por Agente Nocivo. Formas de Comprovação..	255
6.3	As Provas e Seu Critério Temporal	261
6.3.1	Do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT.....	262
6.3.1.1	Profissionais habilitados a assinar o laudo	266
6.3.1.2	Tipos de laudo	266
6.3.1.3	Temporalidade do laudo.....	267
6.3.1.4	Documentos técnicos aceitos em substituição ao LTCAT.....	271

6.4	O Perfil Profissiográfico	273
6.4.1	PPP Dispensa Apresentação do Laudo	278
6.5	Outras Formas de Comprovação da Atividade Especial.....	281
6.5.1	Empresa Ativa. Meios de Prova para Caracterização.....	281
6.5.1.1	Requerimento de inspeção pelo INSS à empresa	281
6.5.1.2	Notificação extrajudicial	283
6.5.1.3	Intervenção do sindicato da categoria	284
6.5.1.4	Inspeção judicial no local de trabalho	284
6.5.1.5	A perícia judicial no processo previdenciário	285
6.5.1.6	Ação trabalhista como meio para comprovação do tempo especial	291
6.5.1.7	A ação probatória autônoma.....	301
6.5.1.7.1	Modelo de ação probatória autônoma	303
6.5.2	Empresa Inativa. Meios de Prova para Caracterização.....	304
6.5.2.1	A prova emprestada.....	305
6.5.2.2	Utilizar laudos de reclamação trabalhista ou emitidos por outros órgãos, tais como: Fundacentro ou Ministério do Trabalho	307
6.5.2.3	Laudos por similaridade e a perícia indireta.....	307
6.5.2.4	Prova testemunhal	313
6.5.2.5	Depoimento pessoal do autor	316
6.5.2.6	Justificação administrativa	316
Capítulo VII O RUÍDO – CONCEITO		319
7.1	O Ruído no Direito Previdenciário	320
7.2	TNU x STJ – Questão Técnica e Não Previdenciária.....	323
7.3	Ruído de 85 dB(a) Desde a Lei 9.732/1998 – Autoaplicabilidade da Lei.....	339
Capítulo VIII A CONTRIBUIÇÃO DA APOSENTADORIA ESPECIAL..		345
8.1	A Criação da Contribuição	345
8.2	A Repercussão Geral 664.335	350
Capítulo IX EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E A APOSENTADORIA ESPECIAL.....		367
9.1	O EPI na Legislação Previdenciária	367

9.2	A “Eficácia” dos EPIs – o Ruído e o Calor	381
9.3	Como Conferir Se o EPI é Mesmo Eficaz no PPP.....	393
Capítulo X	OS EFEITOS DA APOSENTADORIA ESPECIAL NO CONTRATO DE TRABALHO	399
10.1	O Perigo da Tutela Antecipada na Aposentadoria Especial	410
Capítulo XI	A APOSENTADORIA ESPECIAL E O CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	417
11.1	Os Segurados que Fazem Jus ao Benefício	417
11.2	A Comprovação da Atividade Especial pelo Contribuinte Individual ..	422
Capítulo XII	CÁLCULO DA MÉDIA, SALÁRIO DE BENEFÍCIO E DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO.....	429
12.1	O Cálculo da Aposentadoria Especial Anterior à EC 103/2019.....	429
12.2	O Cálculo da Aposentadoria Especial Posterior à EC 103/2019	433
12.3	Data de Início do Benefício	435
Capítulo XIII	PETIÇÃO INICIAL PARA APOSENTADORIA ESPECIAL.....	437
13.1	1º Caso – Ruído Acima de 90 Decibéis e Hidrocarbonetos.....	437
13.2	2º Caso – Petição Inicial para o Caso de Eletricidade, Antes da EC 103/2019	444
13.3	3º Caso – Inicial com Conversão de Tempo Especial em Comum Até a EC 103/2019 – Agente Agressivo Ruído	450
13.4	Como Analisar os Formulários para o Enquadramento da Atividade Especial	455
13.5	Estudo de <i>Cases</i>	470
Capítulo XIV	A APOSENTADORIA ESPECIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	485
14.1	Introdução.....	485
14.2	A Aposentadoria Especial nos Diferentes Regimes.....	486
14.3	O Caminhar da Aposentadoria Especial dos Servidores.....	487
14.4	Da Competência Concorrente.....	491

14.5	A Inconstitucionalidade na Lei 9.717/1998.....	492
14.6	Os Remédios Judiciais Cabíveis nas Diferentes Situações de Aplicação dos Períodos Especiais	493
14.6.1	Do Período de RGPS Especial para Contagem no RPPS Comum.....	493
14.6.2	Todo o Período de Regime Próprio Especial.....	495
14.7	A Instrução Normativa MPS/SPS 1, de 22.07.2010 (DOU 27.07.2010), Alterada pela Instrução Normativa 3, de 26.05.2014.....	497
SÚMULAS E ENUNCIADOS ESPECÍFICOS SOBRE APOSENTADORIA ESPECIAL		503
REFERÊNCIAS.....		515
ANEXOS		519
ÍNDICE REMISSIVO		577